

De: [Plataforma Troca](#)
Para: [Comissão 11ª - CAEOT XIV](#); [Plataforma Troca](#)
Assunto: Projecto de Lei n.º 578/XIV/2.ª - Lei de bases do Clima
Data: 15 de março de 2021 15:58:47

Caras Deputadas e caros Deputados do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, estívemos a analisar o projecto de Lei Nº 578/XIV/2 sobre a Lei de Bases do Clima, que nos enche de satisfação, por conter diversos elementos pelos quais a TROCA - Plataforma por um Comércio Internacional Justo se bate e que consideramos muito importantes.

Consideramos bastante relevante o ponto 2 do artigo 77 que bane a integração de Portugal em acordos que prevejam instrumentos ISDS. Esta é uma das nossas principais causas pois, como é do vosso conhecimento, estes instrumentos são uma grave ameaça tanto à implementação de medidas de combate às alterações climáticas, como à própria democracia. Por isso também vemos com satisfação o enquadramento deste artigo no âmbito da "proteção da democracia".

A nosso ver, e na mesma linha, pensamos que seria de considerar a menção ao Tratado da Carta da Energia, especificamente, dado constituir um enorme obstáculo à redução de emissões de GEE e ao cumprimento dos Acordos de Paris, e por se encontrar em processo de renegociação. Mas isto não retira de alguma forma o mérito da inclusão deste artigo no projecto de Lei.

Consideramos também positiva a promoção de circuitos de produção-consumo de proximidade presente no artigo 43 e no ponto 4 do artigo 51. É de realçar que estes circuitos de proximidade estão cada vez mais ameaçados pelos sucessivos acordos de comércio internacionais que vêm sendo aprovados, nomeadamente o acordo UE - Mercosul cuja finalização tem sido uma das prioridades da presidência portuguesa da União Europeia.

Também consideramos importante a rejeição do comércio de licenças de emissão de GEE presente no artigo 66 e o carácter social da fiscalidade verde presente no artigo 71. Por último, mas talvez mais importante, consideramos bastante positivas as metas ambiciosas de neutralidade climática inscritas no artigo 11, pois a falta de ambição na redução dos GEE hoje será um erro pago bastante caro por quem menos pode, num futuro não tão distante.

Esperamos que a formulação final da Lei de Bases do Clima proteja Portugal dos tratados que contêm ISDS/ICS nos quais Portugal já está envolvido, como é o exemplo do TCE e do CETA, e que previna a adesão a acordos comerciais que, apesar de não incluírem mecanismos ISDS, serão extremamente lesivos do ambiente, como é o caso do acordo UE-MERCOSUL.

Portugal não estará sozinho neste esforço de revisão dos acordos internacionais. Haverá certamente o apoio de outros países igualmente preocupados com a crise das alterações climáticas. Apelamos que Portugal siga o exemplo de França[1] e manifeste publicamente a sua intenção de sair do Tratado da Carta da Energia.

[1]<https://www.investigate-europe.eu/wp-content/uploads/2021/02/Letter-France.pdf>

Finalmente, queremos desejar boa sorte para que o texto final da Lei de Bases do Clima aprovado, inclua a maioria dos pontos que constam no projecto de Lei do Bloco de Esquerda.

Saudações cidadãs,

Pela TROCA - Plataforma por um Comércio Internacional Justo

Francisco Rego e Luís Pedro Camacho



TROCA

Plataforma por um Comércio Internacional Justo

info@plataforma-troca.org

www.plataforma-troca.org

